



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ACÓRDÃO

RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600724-37.2020.6.25.0005 - Capela - SERGIPE

RELATOR: Juiz GILTON BATISTA BRITO

RECORRENTE: REPUBLICANOS - CAPELA - SE - MUNICIPAL

Advogado do(a) RECORRENTE: JOSEANE GOIS SANTOS - SE0009203

RECURSO INOMINADO. DECISÃO QUE NEGOU VISTA AO CADERNO DE VOTAÇÃO. ART 2º, RESOLUÇÃO TSE N. 21.538/03. DADOS PESSOAIS DOS ELEITORES CONSTANTES DOS CADERNOS DE VOTAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. DADOS SIGILOSOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não restou comprovado nos autos qualquer justificativa plausível para deferir o pedido de recolhimento dos cadernos de votação de todas as seções eleitorais. Argumento fundamentado em suposição destituída de elementos mínimos para ensejar qualquer dúvida razoável

2. Possibilidade de os partidos políticos e as coligações terem acesso aos dados referentes à votação de todas as seções eleitorais, por meio da Ata Geral da Eleição, em cada município.

3. Recurso desprovido.

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

Aracaju(SE), 04/02/2021

JUIZ GILTON BATISTA BRITO - RELATOR(A)



RELATÓRIO

O(A) JUIZ GILTON BATISTA BRITO (Relator):

Trata-se de recurso apresentado pelo partido REPUBLICANOS de Capela em face da decisão do Juízo Eleitoral da 5ª Zona que negou acesso aos Cadernos de Votação, referente às eleições 2020, das seções eleitorais de Capela.

O recorrente apontou no presente requerimento a ocorrência de suposta fraude no processo de votação, fundamentando-o na atuação fiscalizatória dos partidos políticos e no direito de acesso à informação.

O Juízo Eleitoral indeferiu o pedido "em respeito a legislação constitucional e a legislação eleitoral garantem o sigilo de dados dos eleitores".

Inconformado, o partido maneja o presente recurso visando acesso aos Cadernos de Votação, referente às eleições 2020, alegando que as "eleições de 15 de novembro de 2020 ocorreram com as limitações decorrentes do COVID-19 e, assim, havendo fortes indícios de ter havido fraudes no processo de votação, bem como, sendo facultado aos partidos políticos o acesso às informações contidas nos cadernos de votação, acesso aos cadernos de votação na atuação fiscalizatória, se necessário o acesso as informações dos cadernos de votação para análise, e adoção de eventuais ações judiciais cabíveis".

A Procuradoria Regional Eleitoral pugna pelo DESPROVIMENTO do Recurso.

VOTO

O(A) JUIZ GILTON BATISTA BRITO (Relator):

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto pelo REPUBLICANOS de CAPELA/SE contra decisão do juízo da 5ª Zona Eleitoral que indeferiu o pedido de acesso aos cadernos de votação de todas as seções daquela zona eleitoral.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, o recurso merece ser conhecido.



Os insurgentes insistem que "(...) com o acesso aos cadernos de votação, jamais saberíamos em quem cada pessoa votou, mas, se de fato, consta sua assinatura no caderno de votação, pois, aí é que pode estar concentrada a fraude, ante a ausência de realização de biometria."

Alega a agremiação que "(...) é facultado aos partidos políticos o acesso às informações contidas nos cadernos de votação, estando inserido esse acesso na atuação fiscalizatória dos partidos políticos. "

Por fim, sustenta, que, "(...) para o pleno exercício de fiscalização e transparência do processo eleitoral, requer, nos termos do art. 5º, XXXIII da CRFB/88, vistas dos cadernos de votação, e a cópia daqueles que o recorrente deseja."

Em primeiro lugar, cumpre registrar que a alegação de suposta fraude em razão de não ter havido biometria no acesso dos eleitores às cabines de votação não se sustenta, pois não se demonstrou a existência de qualquer indício de irregularidade no funcionamento ou manuseio das urnas eletrônicas por parte dos mesários.

Registre-se, a propósito, que é facultado aos partidos colocarem seus representantes para fiscalizar as seções eleitorais, bem como é permitido o acompanhamento da apuração da votação, seja através dos boletins de urnas impressos, seja pelo sistema de totalização dos votos.

Não bastasse isso, acresça-se o fato de que não há previsão legal para obtenção das cópias dos cadernos de votação, uma vez que tais documentos são resguardados pelo sigilo. à exceção da autoridade judicial, o Parquet Eleitoral ou entidades autorizadas pelo TSE, sem prejuízo do próprio eleitor em relação a seus próprios dados, conforme prevê o art.29, §§ 1º, 2º e 3º, da Resolução TSE nº 21.538/2003.

De qualquer sorte, os partidos políticos e as coligações poderão ter acesso aos dados referentes à votação de todas as seções eleitorais através da Ata Geral das Eleições, procedimento este previsto na Resolução TSE nº 23.611/2019, em seus artigos 202 e 203, que assim dispõem, verbis:

Art. 202. Ao final dos trabalhos, o presidente da junta eleitoral responsável pela totalização lavrará a Ata Geral da Eleição de sua circunscrição em 2 (duas) vias, as assinará e as fará serem rubricadas pelos membros da junta eleitoral e, se desejarem, pelos fiscais dos partidos políticos e das coligações, anexando o relatório Resultado da Totalização (Código Eleitoral, art. 186, caput). Parágrafo único. Do relatório Resultado da Totalização, constarão os seguintes dados:
I - as seções apuradas e a quantidade de votos apurados diretamente pelas urnas;
II - as seções apuradas pelo Sistema de Apuração, os motivos da utilização do Sistema de Apuração e a respectiva quantidade de votos;
III - as seções anuladas e as não apuradas, os motivos e a quantidade de votos anulados ou não apurados;
IV - as seções nas quais não houve votação e os motivos;
V - a votação de cada partido político e candidato nas eleições majoritária e proporcional;
VI - o quociente eleitoral, os quocientes partidários e a distribuição das sobras;
VII - a votação dos candidatos a vereador, na ordem da votação recebida;



*VIII - a votação dos candidatos a prefeito na ordem da votação recebida;
IX - as impugnações apresentadas às juntas eleitorais e como foram resolvidas,
assim como os recursos que tenham sido interpostos.*

Art. 203. O relatório a que se refere o art. 202 desta Resolução ficará no cartório eleitoral pelo prazo de 3 (três) dias para exame pelos partidos políticos e pelas coligações interessados, que poderão examinar, também, os documentos nos quais foi baseado, inclusive arquivo ou relatório gerado pelo sistema de votação ou totalização.

§ 1º Os documentos nos quais a Ata Geral da Eleição foi baseada, inclusive arquivos ou relatórios gerados pelos sistemas de votação e totalização, estarão disponíveis nas respectivas zonas eleitorais.

§ 2º Terminado o prazo previsto no caput deste artigo, os partidos políticos e as coligações poderão apresentar reclamações em 2 (dois) dias, sendo estas submetidas à análise da junta eleitoral, que, no prazo de 3 (três) dias, apresentará aditamento ao relatório com a proposta das modificações que julgar procedentes ou com a justificação da improcedência das arguições.

§ 3º O partido político, a coligação ou o candidato poderá apresentar à junta eleitoral via do boletim de urna, até o prazo mencionado no § 2º se, no curso dos trabalhos da junta eleitoral, tiver conhecimento da inconsistência de qualquer resultado.

§ 4º Apresentado o boletim de urna, será aberta vista, pelo prazo de 2 (dois) dias, aos demais partidos políticos e coligações, que somente poderão contestar o erro indicado com a apresentação de via do boletim da mesma urna, revestido das mesmas formalidades (Código Eleitoral, art. 179, §7º).

§ 5º O boletim emitido pela urna fará prova do resultado apurado, prevalecendo os dados nele consignados se houver divergência com o resultado divulgado.

§ 6º Os prazos para análise e apresentação de reclamações sobre a Ata Geral da Eleição, citados no caput e nos §§ 2º ao 4º, somente começarão a ser contados depois de serem disponibilizados os dados de votação especificados por seção eleitoral nas páginas da Justiça Eleitoral na internet.

Outrossim, assinale-se, como o juízo eleitoral bem consignou, que "(...) não basta uma mera especulação para levar a jurisdição eleitoral a decretar uma quebra de sigilo. Seriam necessários, no mínimo, a existência de fortes e robustos elementos indiciários de fraude ou conduta lesiva com peso para macular toda uma eleição."

De fato, sequer houve impugnação à Ata Geral da Eleição que sustentasse a presente pretensão partidária, razão pela qual se faz mister a manutenção da decisão recorrida.

Desse modo, acompanhando o parecer ministerial, VOTO pelo conhecimento e desprovimento do recurso, a fim de manter incólume a sentença recorrida.

JUIZ GILTON BATISTA BRITO - RELATOR

EXTRATO DA ATA

RECURSO ELEITORAL (11548) nº 0600724-37.2020.6.25.0005/SERGIPE.

Relator(a): Juiz(a) GILTON BATISTA BRITO.

RECORRENTE: REPUBLICANOS - CAPELA - SE - MUNICIPAL .

Advogado do(a) RECORRENTE: JOSEANE GOIS SANTOS - SE0009203

Presidência do Des. JOSÉ DOS ANJOS. Presentes os Juízes GILTON BATISTA BRITO, IOLANDA SANTOS GUIMARÃES, LEONARDO SOUZA SANTANA ALMEIDA, EDIVALDO DOS SANTOS, CLARISSE DE AGUIAR RIBEIRO SIMAS, RAYMUNDO ALMEIDA NETO e o Procurador-Regional Eleitoral, Dr. HEITOR ALVES SOARES.

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, por unanimidade, em
CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

SESSÃO ORDINÁRIA de 4 de fevereiro de 2021

